

Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde
Registro da Reunião nº 8

Data: quarta-feira, 21 de novembro de 2018.

Local: Ed. PO 700 – Sala 222

Participantes:

Membros do Comitê:

- Marcio Sidney Sousa Cavalcante - Diretor-Executivo
- Ruy Gomide Barreira - Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública
- Hamilton dos Santos Goes – Diretor do Departamento de Saúde Ambiental (substituto)
- Leandro Mello Frota – Diretor do Departamento de Administração
- Luis Carlos Marchão - Auditor-Chefe
- Ana Salett Marques Gulli - Procuradora-Chefe

Representante de área e indicada para compor o Subcomitê convidada pelo Diretor do Desam (substituto):

- Silene Lima Dourado Ximenes Santos – Coordenadora da Cocag/Desam

Representantes da Secretaria do Comitê:

- Elizabeth Regina Fragoso Manes – Coordenadora-Geral da Cgpla/Direx (substituta)
- Rodrigo Adriano Machado Varela – Coordenador do Subcomitê e técnico da Coava/Cgpla/Direx

Agentes Externos:

- Cristiane Maria Costa Pereira Coutinho – SECEX/MT - TCU.

Pauta:

- Apresentação da proposta do Plano de Integridade da FUNASA em atendimento à Portaria CGU nº 1.089/2018, avaliação da Proposta pelo CGRC e deliberações.

ORDEM DO DIA

A Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação - substituta, Elizabeth Manes, iniciou a reunião informando que a publicação do Plano de Integridade da Funasa em conformidade com a Portaria CGU nº 1.089/2018, deve ocorrer até o dia 30 de novembro de 2018, contextualizou os trabalhos feitos pelo Subcomitê, sobre as pesquisas feitas em outros órgãos que já publicaram seus Planos de Integridade e a evolução, apresentou as dificuldades enfrentadas, principalmente a falta de participação de muitos dos membros do Subcomitê, e os motivos pela qual o Plano não estava concluído da forma desejada.

Informou que havia a possibilidade de publicar na forma que seria apresentada pelo Rodrigo Varela com a inclusão de cláusula de revisão e a segunda proposta a de publicar com atraso ficando a data prevista para aprovação do CGRC no dia 12 de dezembro de 2018.

O Diretor Ruy Gomide contextualizou sobre o Plano de Integridade, entendendo que sendo a primeira vez que a entidade passará adotar um programa de integridade, a tendência é que as experiências na instituição do programa trarão o amadurecimento

necessário para melhoria do programa e da elaboração do Plano de Integridade para os anos seguintes.

O Auditor Chefe Luis Carlos Marchão manifestou-se favorável a prorrogação da publicação, informando que acredita que o TCU não consideraria esse pequeno atraso como falta agravante quando dos exames das contas da Funasa, e que veriam que a Funasa tem se esforçado para implementar estas providencias, reconhecendo que a instituição está trabalhando para implementação destas medidas.

O Coordenador do Subcomitê Rodrigo Varela iniciou a apresentação da proposta do Plano de Integridade contextualizando o objetivo do Plano: propor medidas para combater atos de fraude e corrupção ao identificar riscos específicos à integridade.

Informou que o subcomitê está tratando o tema desde o dia 18 de outubro e por iniciativa própria tem se reunindo duas vezes por semana. Foram consultados guias, marcos normativos, o decreto de governança, portarias e planos de integridade que já foram publicados, inclusive o da CGU.

O Coordenador do Subcomitê Rodrigo Varela relatou ao Comitê que houve dificuldade no levantamento dos eventos de riscos à integridade da Funasa por não haver nos Planos de Integridade já publicados pelos outros órgãos e entidades a relação dos riscos identificados, apenas as medidas de tratamento, apesar da Portaria da CGU determinar a relação de riscos como conteúdo obrigatório do Plano, sendo que *a priori* não foi encontrado na Lei de Acesso a Informação – LAI hipóteses que justifiquem o sigilo.

O subcomitê trabalhou algumas medidas de controle, analisando o impacto sobre determinados processos. Foram apresentados 16 (dezesseis) eventos de riscos e suas classificações, além do subcomitê ter proposto medidas de tratamento para os riscos identificados como risco crítico e alto, faltando propor para os riscos moderados.

Houve uma breve discussão sobre indicações para ocupações dos cargos de confiança, consultores, terceirizados e estagiários no que se refere ao risco à integridade relacionado ao nepotismo, ficou acordado que para esse assunto os estagiários seriam excluídos, considerando que existe uma lei própria e em relação aos consultores, o Diretor do Desam substituto Hamilton Goes sugeriu uma análise mais criteriosa em relação a capacidade técnica dos consultores ao se propor uma contratação.

Discutiu-se também sobre a política de rotatividade periódica de cargos e funções de confiança com a finalidade de diminuir a magnitude do risco de oferecimento da função pública mediante promessa ou recebimento de vantagem indevida. O Diretor do Densp ponderou se a medida proposta não promoveria o risco de não conseguir preencher os cargos no futuro com pessoal qualificado, sobretudo diante do cenário de diminuição da força de trabalho. O Diretor do Desam substituto Hamilton Goes sugeriu a criação de uma Política de Desenvolvimento de capacidade técnica e gerencial para cargos comissionados e funções de confiança.

Discutiu-se também sobre a Aprovação de critérios técnicos para indicação de cargos de confiança. Foi mencionado pela Procuradora_Chefe Ana Salett Marques Gulli que as nomeações dos cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS níveis 5 e 6 não são feitos pelo Presidente da Funasa, sendo proposto então que os cargos DAS níveis 1 a 4 deverão ser objeto de estabelecimento de critérios técnicos de indicação. A Coordenadora Geral da Cgpla/Direx substituta, lembrou da cobrança do TCU sobre avaliação dos gestores e sugeriu a inclusão também da criação de critérios para avaliação, cujos DAS níveis 1 a 5 passaram ser considerados para aprovação dos critérios de avaliação.

Ficou deliberado pelos Diretores presentes que o Plano finalizado seria apresentado na próxima reunião do CGRC, a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2018 e publicado até o início da semana seguinte, todos concordaram e se comprometeram em priorizar as reuniões extraordinárias do Subcomitê a fim de finalizar os trabalhos afetos a esse tema.

Foram validados os 16 (dezesesseis) eventos de riscos levantados pelo Subcomitê, as 12 (doze) medidas de tratamento (excetuando-se a medida de tratamento que visa instituir uma política de rotatividade dos cargos em comissão e funções de confiança), bem como a matriz de probabilidade AHP, a matriz de impacto, as categorias de riscos à integridade, os pesos e critérios de probabilidade e os resultados da análise de probabilidade e impacto. Não foram definidos os prazos para implementação das medidas. Ficou aprovada a proposta de criação da Política de Desenvolvimento de Capacidade Técnica e Gerencial e Critérios de Avaliação dos Cargos em confiança e colaboradores.

Encaminhamentos:

- a) O Subcomitê irá levar o resultado da reunião do CGRC para avaliar probabilidade e impacto dos eventos de risco propostos pelo CGRC, além de finalizar a proposição de medidas de tratamento para os riscos moderados e para os riscos propostos pelo CGRC (caso o risco seja considerado acima do aceitável) e;
- b) O Subcomitê apresentará a proposta final do Plano de Integridade para o CGRC na próxima reunião, dia 12 de dezembro na sala 222, situado no 2º andar do Edifício PO700.